Hoje o estado tem o orçamento extremamente mal distribuído. Ele possui um orçamento que muitas vezes é voltado para coisas fúteis, para coisas que, infelizmente, não vão atingir os nossos objetivos. Nós temos muito dinheiro, muita dotação orçamentária voltada para a área da Cultura, desnecessariamente.

Por exemplo, a gente viu o que aconteceu, essas "lives" do governo estadual. Deveria ser direcionado para a Educação. Deveria ser direcionado para aquilo que, efetivamente, vai trazer algum resultado para as nossas crianças, para os nossos adolescentes, para os nossos jovens.

E agora nós temos, Sr. Presidente, a possibilidade de fazer que nossas crianças tenham arroz e feijão todo santo dia nas suas escolas, tendo aqui a oportunidade, através do Projeto 038/2020, do nobre deputado estadual Frederico d'Avila, a quem tenho muito apreço. É um grande amigo meu.

Infelizmente, ele não conseguiu aprovar o projeto anterior, que versava a respeito da extinção da Ouvidoria da Polícia, um projeto excelente também, que trouxe essa discussão para a Casa, que também teve muitos resultados. Mas este projeto especificamente, do deputado estadual Frederico d'Avila, é relacionado à questão alimentícia, não deixa de ser um projeto extremamente importante.

Sr. Presidente, aproveitando, falando nesse projeto, falando sobre Educação, nós precisamos desse investimento não apenas na questão alimentícia, como também levantar a melhoria na Educação com relação ao método das nossas crianças, que, infelizmente, todo santo dia, a gente sabe que não estão aprendendo nada.

A Educação do nosso País está indo de mal a pior. Isso não é apenas por causa da questão da infraestrutura. Isso não é apenas por causa da questão daquilo que é aplicado, mas também, infelizmente, por causa do método.

Então, não apenas a questão de infraestrutura da Educação no ambiente estudantil, mas a forma como as crianças estão aprendendo é que precisa ser mudada urgentemente.

Então, Sr. Presidente, não apenas a aprovação desse projeto, mas eu peço também ao governador do estado para que olhe para as nossas crianças. Nós temos muitas escolas estaduais sucateadas, muitas escolas estaduais que precisam da assistência do estado, muitas escolas estaduais que precisam ter uma assistência maior por parte da Secretaria de Educação.

Aqui eu quero cumprimentar o Sr. Secretário, quero cumprimentar todos aqueles que fazem parte do Governo do Estado e que estão trabalhando também para que nossas crianças tenham esse nível de atendimento, mas eu acredito que nós podemos melhorar.

E uma das formas de melhorar é não apenas aprovando o projeto do deputado estadual Frederico d'Avila com relação à alimentação das nossas crianças, mas também, Sr. Presidente, priorizando a questão da lei orçamentária anual.

Neste ano nós temos agora, já foi emendado e agora nós entraremos em pauta também com a lei orçamentária anual, voltada para a Educação. É necessário que seja veiculado dinheiro para que as nossas crianças possam não apenas se alimentar, mas essa estrutura que infelizmente muitas escolas estaduais completamente sucateadas passam...

Por exemplo, a Escola Estadual Professor Dr. Lauro Pereira Travassos, onde eu estudei no meu Ensino Fundamental, é uma escola completamente sucateada, uma escola de lata que muitas vezes não tinha alimentação, que é muito bem pautada aqui pelo projeto do deputado Frederico d'Avila. Muitas vezes também não tinha professor na sala de aula. Muitas vezes também, infelizmente, perdíamos aula, ficávamos sem professores eventuais.

Daí, Sr. Presidente, a necessidade de nós investirmos grandemente na questão educacional. Por isso esse projeto do deputado estadual Frederico d'Avila é tão importante.

Mas, para esse projeto ser aplicado na prática, para que ele consiga ser, de fato, canalizado e a sua essência servir para o estado de São Paulo, é necessário que na lei orçamentária anual esteja a dotação orçamentária voltada para a alimentação dos nossos estudantes, voltada para a alimentação dos nossos alunos, voltada para a alimentação das nossas crianças.

Chega, por exemplo, de ficar repassando dinheiro para a infraestrutura daqueles bandidos que hoje estão nos presídios. São muitos investimentos neles e pouco investimento nas crianças.

As nossas crianças precisam estudar. As nossas crianças precisam ter uma boa estrutura nas escolas, nas instituições de ensino. Já aqueles que estão hoje nos presídios não necessitam disso. Necessitam do mal para o pior. E as nossas crianças merecem do bom e do melhor.

É por isso que eu chamo a atenção desta Casa de Leis para a aprovação desse projeto do deputado estadual Frederico d'Avila. Também para a aprovação da contemplação da dotação orçamentária na lei orçamentária anual, para que esse projeto seja viável e não apenas aprovar por aprovar, Sr. Presidente.

É necessário que esta Casa tenha também que olhar para os projetos dos deputados que são aprovados aqui e consiga fazer com que esses projetos tenham substância, ou seja, que esses projetos consigam ser, de fato, concretos, fazendo com que o Estado funcione, porque muitas vezes esses projetos são aprovados aqui, na Assembleia Legislativa, mas não têm a dotação orçamentária devida para fazer com que eles se tornem uma realidade.

É por isso que eu quero aproveitar esta oportunidade que eu estou tendo aqui, agora, para falar a respeito desse projeto, para que a gente consiga também avançar na discussão a respeito da lei orçamentária anual voltada para a questão da Educação, Sr. Presidente. É extremamente importante que isso venha a ocorrer no estado de São Paulo.

Sr. Presidente, é necessário também que esta Casa, além de aprovar o projeto de lei do deputado estadual Frederico d'Avila, mantenha uma relação direta com a Secretaria da Educação, que é extremamente ausente da Assembleia de São Paulo.

Infelizmente, nós temos muita obstrução quando se trata da convocação do Sr. Secretário para vir aqui conversar com os deputados, para vir falar com os deputados, para vir expor aos deputados os problemas relacionados à questão de Educação.

Eu tenho certeza de que o Governo do Estado poderia contribuir e muito com a questão da Educação no estado de São Paulo se desejasse participar dessas discussões. Então eu peço ao Governo do Estado de São Paulo que permita a participação dos nobres deputados com relação à administração pública e faça com que seus secretários sejam mais presentes nesta Casa de Leis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Eu queria, Sr. Presidente, diante da complexidade dos problemas levantados aqui, pedir a suspensão dos trabalhos por cinco minutos para conversar com todas as lideranças.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Barba, eu vou optar por dar continuidade ao trabalho.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - Vou me inscrever, presidente, para falar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É que não cabe inscrição neste momento, deputado. Nós estamos no momento de encaminhamento.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - Eu me inscrevo no próximo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Eu vou dar continuidade à votação só desse requerimento e depois eu... (Falas sobrepostas.)

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de lei 688, de 2020.

Em discussão.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - Eu posso me inscrever, Sr. Presidente, para falar?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É importante, as inscrições são feitas aqui na mesa. Eu peço aos parlamentares que estão disponíveis... Está aqui a inscrição. Eu peço e aguardo V. Exa. vir se inscrever e suspendo por cinco minutos os trabalhos.

Está suspensa a sessão.

* * *

- Suspensa às 16 horas e 59 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 08 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Maurici. (Pausa.) Deputado Gil Diniz tem a palavra.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite, presidente. Boa noite a todos os deputados aqui presentes.

Presidente, nós não queremos fazer obstrução por obstrução dos projetos dos deputados, principalmente nessa fase, que é uma fase de discussão de requerimentos de urgência, mas acredito que o bom senso pode e deve prevalecer nesta Casa entre os deputados e, principalmente, entre as lideranças.

O deputado Douglas Garcia pediu essa verificação de presença, e nós subimos aqui à tribuna para discutir esses projetos, nesse caso esses requerimentos de urgência, justamente porque nós queremos, pedimos à Mesa que paute o projeto de decreto legislativo que susta a quarentena.

O governador colocou um projeto, projeto não, um decreto estendendo a quarentena aqui no estado de São Paulo, e nós estamos nos posicionando contra essa extensão.

Então, a única coisa que nós estamos solicitando é justamente que entre em pauta esse PDL, projeto de decreto legislativo, para que este plenário, para que esta Casa Legislativa possa ratificar as medidas que o governador deseja ou que derrube essas medidas via projeto de decreto legislativo. É isso que nós precisamos falar para o povo de São Paulo que nos vê e nos escuta nesta noite em São Paulo.

A única coisa que nós queremos, deputado Douglas Garcia, é que este Parlamento soberanamente decida o destino, Major Mecca, do povo de São Paulo. Como eu disse, cada um aqui representa um segmento.

Nós somos privilegiados por poder representar o povo paulista. São 94 privilegiados por poder entrar neste plenário e representar esse povo. Muitos, infelizmente, abrem mão.

Nós não abrimos mão desse direito, nós não abrimos mão dessa prerrogativa e usamos a nossa Constituição Estadual, usamos nosso Regimento Interno para pedir que venha à pauta o projeto de decreto legislativo sustando essa extensão da quarentena, extensão essa, deputado Ed Thomas, que restringe o comércio, a atividade econômica em todo o estado de São Paulo.

É incrível o que vem acontecendo, a falta de planejamento do Executivo estadual. Ou será que a mesma realidade que nós temos lá em Franca é o que nós vivemos em Santo André? Será que a mesma realidade do cidadão paulista que mora no Pontal do Paranapanema é a mesma realidade de quem mora em Cunha, no Vale do Paraíba, em Birigui, em São José do Rio Preto?

Não é a mesma realidade, mas ontem, menos de 24 horas depois do resultado eleitoral, o governador recuou para a cor amarela todo o estado de São Paulo, via decreto. Decreto, deputado Douglas Garcia, que nós podemos, aqui, ratificar ou não.

Então é por isso que nós subimos aqui na tribuna, para mostrar essa nossa indignação. Eu gostaria de que os deputados que comungam do mesmo pensamento que nós fizessem o mesmo, os deputados que dizem aqui que defendem o trabalhador, que defendem os empregos, que defendem os mais pobres, que são aqueles mais prejudicados por essas medidas sem pé nem cabeça que esse governo tem feito.

Nosso povo, Major Mecca, está passando fome, nosso povo está desempregado, nosso povo está na porta de projetos sociais buscando uma cesta básica, quando poderia estar trabalhando. Quem não se lembra das portas soldadas dos comércios no estado de São Paulo? Na cidade de São Paulo, principalmente. Quem não se lembra disso? Não faz muito tempo.

Aí, agora nós vamos fingir que nada está acontecendo no Estado. Nós vamos nos dobrar novamente. Este Parlamento vai se dobrar novamente ao poder do governador, e vamos fingir que os nossos trabalhadores não estão sentindo isso lá na ponta, que o comércio não está sofrendo com essas medidas restritivas.

Ou será que o coronavírus é um vírus tão educado que respeita as eleições municipais? Aí tudo bem, Major Mecca, aí pode aglomerar. Aí pode ir lá comemorar. A tucanada pode ir lá comemorar, abraçar, beijar, dar a mão, fazer tudo.

O governador pode, no feriado de finados, no dia 2, não faz muito tempo, pegar um avião e ir ao Caribe, e o nosso povo não pode trabalhar. Não pode produzir, não pode ter emprego, renda, não pode sustentar seus filhos. Como pode isso?

Este Parlamento é soberano. Este Parlamento pode derrubar essas medidas absurdas no momento que quiser. Nós temos esse poder, nós tivemos o voto popular para estar aqui, e ele está sendo usurpado pelo governador e pelo seu "staff". E nós estamos fingindo que não está acontecendo nada, mas está acontecendo sim.

Eu abro mão, presidente, eu abro mão do meu projeto, tiro o meu projeto da pauta. O meu projeto já está pronto para ser votado aqui neste plenário, e a gente pode colocar esse PDL, projeto de decreto legislativo, para ser deliberado pelos nossos pares, para ser deliberado pelos 94 deputados estaduais constituídos, eleitos pelo povo de São Paulo. Nós podemos deliberar. Nós podemos e devemos deliberar isso.

Será, população, que é pedir muito? Será que é pedir muito que esse PDL seja votado aqui e aprovado ou não, deputado Paulo Fiorilo? É a nossa prerrogativa, mas a gente precisa, também, deixar a população ciente. Esta Casa é presidencialista, quem faz a pauta é o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que é do partido do Sr. Governador. Ele faz a pauta.

Esta Casa é presidencialista, como eu falei, e dirigida... O presidente é aconselhado, ele faz uma reunião aqui, um Colégio de Líderes, e nesse Colégio é deliberado o que vai ser discutido aqui, aprovado ou não. Semanalmente há essa reunião, mas nós continuamos sem discutir o que é essencial, o que é fundamental, o que é vital para o nosso povo.

E vejam: se o governo tem a maioria, se o governador tem a maioria, é só o deputado colocar a sua digital e falar: "Doria, é isso que nós queremos", "Doria, é isso mesmo, restringe".

Acaba com o comércio, acaba com o emprego, faz o povo de São Paulo passar necessidade, passar fome, mas que cada um coloque a sua digital, que cada um assine embaixo desse decreto do governador.

Povo de São Paulo, nós estamos fazendo o nosso papel de fiscalizar o Executivo. Nós estamos fazendo o nosso papel de propor projetos de decreto legislativo para derrubar esse tipo de absurdo que vem sendo feito com o nosso povo, mas nós somos minoria. Nós somos, muitas vezes, atropelados, tratorados aqui neste plenário.

Eu mesmo estou sem partido. Fui expulso do PSL e não posso participar sequer de uma comissão. Não posso participar sequer de uma discussão que não seja a discussão dos projetos e dos requerimentos neste plenário. Então, peço vênia aos nossos pares aqui, mas é fundamental essa discussão.

Essa é a nossa prioridade, a vida do nosso povo, o trabalho do nosso povo, a atividade econômica que vem sendo destruída diariamente sob a cumplicidade daqueles que deveriam representar o nosso povo, principalmente aquele povo mais sofrido, povo trabalhador, aquele povo da periferia, que pega ônibus lotado às cinco horas da manhã, volta para casa após as 18, 19 horas, recebe um salário mínimo, mas quer trabalhar, quer sustentar a sua família e os seus filhos.

Nós estamos abrindo mão dessa nossa prerrogativa, infelizmente. O Parlamento é soberano, há tripartição de poderes - três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário -, os três independentes e harmônicos, mas, aqui no estado de São Paulo, não há independência, não há harmonia, há apenas o Executivo pautando e mandando nos outros poderes, infelizmente.

Desde o dia 15 de março de 2019, nós estamos aqui fazendo debate, colocando as nossas posições, fazendo as nossas proposições. Ainda que não tenhamos sucesso, continuaremos defendendo as nossas convicções, o nosso eleitor, aquele, sim, a quem devemos lealdade e fidelidade. A gente não pode, por medo de retaliação, por medo de perda de cargos e gratificações, se dobrar ainda mais ao Executivo paulista.

A gente precisa, como Poder Legislativo, independentemente do Poder Executivo, se posicionar. Eu acho que é de bom tom os líderes se reunirem e tentarem o convencimento com o nosso presidente - que, repito, é do partido do Sr. Governador -, para que possa pautar esse projeto de decreto legislativo. Este plenário que decida soberanamente se assina embaixo ou se derruba esse decreto do Sr. Governador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Douglas Garcia, para discutir contra o projeto.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Abro mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB – PARA COMUNICAÇÃO - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de retirar o meu PL 777/2019, se não me engano é esse o número, da pauta. E também estou retirando minha obstrução com relação aos requerimentos de urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em discussão o requerimento do Projeto de lei 323, de 2019, de autoria do deputado Arthur do Val.

Em discussão. Os favoráveis permaneçam como se encontram. Não havendo oradores inscritos, está aprovado o requerimento de urgência.

Há sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto 952, de 2019.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Só lembrando aos Srs. Deputados que os requerimentos que não foram aprovados hoje por não ter havido quórum suficiente nós deliberaremos na sessão de amanhã, para poder fazer ainda o Congresso de Comissões e, quiçá, conseguir, na sessão extraordinária de amanhã, fazer a deliberação desses 11 projetos de lei.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Havendo acordo de lideranças, eu peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, a hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária de hoje, a realizar-se às 19 horas.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 27 minutos.

* * *f

1º DE DEZEMBRO DE 2020
56ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 679/20.
2 - CARLOS GIANNAZI
Discute o PL 679/20.
3 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Discute o PL 679/20.
4 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 679/20, salvo emendas. Coloca em votação e declara aprovada a emenda apresentada pelo Congresso de Comissões. Coloca em votação e declara rejeitadas as emendas nºs 1 a 5.
5 - TEONILIO BARBA LULA
Declara voto favorável às emendas apresentadas pelo PT.
6 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 687/20.
7 - DOUGLAS GARCIA
Solicita uma verificação de votação.
8 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.
9 - DOUGLAS GARCIA
Declara obstrução da bancada do PTB ao processo de votação.
10 - SEBASTIÃO SANTOS
Declara obstrução da bancada do Republicanos ao processo de votação.
11 - JANAINA PASCHOAL
Declara obstrução da bancada do PSL ao processo de votação.
12 - DANIEL JOSÉ
Declara obstrução da bancada do Novo ao processo de votação.
13 - MARCIO DA FARMÁCIA
Declara obstrução da bancada do Podemos ao processo de votação.
14 - ANDRÉ DO PRADO
Declara obstrução da bancada do PL ao processo de votação.
15 - CARLA MORANDO
Declara obstrução da bancada do PSDB ao processo de votação.
16 - CORONEL TELHADA
Declara obstrução da bancada do PP ao processo de votação.
17 - JORGE CARUSO
Declara obstrução da bancada do MDB ao processo de votação.
18 - GIL DINIZ
Declara obstrução ao processo de votação.
19 - PAULO LULA FIORILO
Declara obstrução da bancada do PT ao processo de votação.
20 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Declara obstrução da bancada do PSOL ao processo de votação.
21 - ROGÉRIO NOGUEIRA
Declara obstrução da bancada do DEM ao processo de votação.
22 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Anuncia o resultado da verificação de votação, que não atinge número regimental para a deliberação da matéria, ficando adiada a votação. Encerra a sessão.
* * *
- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.
* * *
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia.
* * *
- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Item 1 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 679, de 2020. Em discussão. O deputado Carlos Giannazi está inscrito para falar a favor do projeto.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria aqui de debater esse PL 679, que trata da Lei Federal Complementar nº 173, infelizmente aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República, pelo Bolsonaro.

É uma lei, Sr. Presidente, que, embora tenha algum mérito no sentido da renegociação das dívidas dos estados, na verdade é uma lei, essa Lei nº 173, contra os trabalhadores, contra os servidores públicos do Brasil - os municipais, os estaduais e os federais.

Porque essa lei, Sr. Presidente, tem embutida dentro dela não o PL 679, mas a Lei nº 173, a lei federal, que está dentro do projeto. Essa lei congelou os salários de todos os servidores do Brasil até no dia 31 de dezembro de 2021.

Congelou os reajustes, as reposições das perdas inflacionárias, congelou a evolução funcional, congelou o quinquênio, a sexta-parte, a licença-prêmio de todos os servidores, afrontando inclusive o pacto federativo, afrontando, por exemplo, aqui em São Paulo, o Estatuto do Funcionalismo Público Estadual, que é uma lei de 1968, que tem todas essas garantias aos nossos servidores.

É uma lei que tem que ser alterada, porque ela tem muitos artigos ainda que representam um entulho autoritário da época da ditadura militar, mas nessa parte não. Tem esses benefícios que foram conquistas históricas dos nossos servidores: quinquênio, sexta-parte e licença-prêmio. Essa lei do Bolsonaro, essa Lei Complementar nº 173, congela.

E o governo, quando estourou a pandemia, elogiou o trabalho dos servidores da Saúde, da Segurança Pública, daqueles que estavam mais à frente no primeiro momento do combate à pandemia, de dar assistência à população nos hospitais, enfim, e disse que esses servidores não seriam penalizados, e foram penalizados.

O governo traiu os trabalhadores da Saúde, traiu as enfermeiras, deputado Barba, traiu os médicos, os servidores da Segurança Pública - todos foram traídos -, os bombeiros foram traídos pelo governo Bolsonaro, que sancionou essa Lei Complementar nº 173, um golpe nos trabalhadores. Já é uma reforma administrativa disfarçada, na verdade.

Só que nós estamos tendo vitórias aqui em São Paulo, tanto do ponto de vista municipal quanto também do ponto de vista estadual, com várias ações suspendendo pelo menos o congelamento dos quinquênios, da sexta-parte e da licença-prêmio.

Nós temos várias decisões judiciais de primeira instância, porque primeiro que essa Lei nº 173 não pode congelar os benefícios, sobretudo a evolução funcional, a progressão das carreiras dos servidores, porque ela fere, aí sim, o princípio do Pacto Federativo.

Essa lei quebra a autonomia dos municípios e dos estados, ela não pode fazer isso. Segundo, Sr. Presidente, que a lei nem deixa claro que tem que congelar a evolução funcional, isso fica por conta dos governos municipais e estaduais de alguns deles, que é o caso de São Paulo, que é sempre mais realista do que o rei.

O PSDB, historicamente falando, todos sabem disso, faz parte do DNA do PSDB, sobretudo aqui em São Paulo, essa política de ódio contra os servidores públicos, contra os trabalhadores e as trabalhadoras dos serviços públicos.

Essa tem sido a prática histórica do tucanato, do tucanistão aqui no nosso Estado, atacando sistematicamente os nossos servidores em várias frentes. Logicamente que o governo se aproveita da situação da Lei Complementar 173 para aprofundar essa retirada de direitos que foram conquistados.

Existem ações judiciais em primeira instância aqui para os servidores da Prefeitura de São Paulo. Uma saiu recentemente, que foi por conta do ingresso de uma ação do Sindicato dos Auditores Fiscais da Prefeitura. Esse sindicato conseguiu uma vitória importante através do advogado que entrou com a ação.

Aqui em São Paulo também as entidades representativas, sobretudo do Magistério – a Apeoesp, a Udemo, a CPP, a Apasp - conseguiram tudo em primeira instância. Mas, por conta disso, Sr. Presidente, aproveitando as argumentações e as justificativas feitas, sobretudo aceitas, pelo Judiciário, pelos juízes, apresentei um projeto de lei disputando a interpretação da Lei Complementar 173, para garantir que não haja o congelamento dos quinquênios, da sexta- parte e da licença-prêmio para os nossos servidores.

Não pode, é um absurdo congelar a evolução funcional dos nossos servidores, até porque os nossos servidores já estão historicamente com salários arrochados, defasados. Neste ano de pandemia então, vários benefícios foram retirados dos nossos servidores, que tiveram que trabalhar em dobro fazendo trabalho remoto, sobretudo os nossos profissionais da Educação, as nossas professoras e os nossos professores, que continuam trabalhando muito no trabalho remoto, atendo as famílias, as crianças, a burocracia da Diretoria de Ensino.

Nossos professores estão cansados, estressados, porque não tiveram as condições ideais para fazer esse trabalho, não tiveram apoio governamental, não tiveram acesso a computadores, à banda larga, nada.

Tiveram que improvisar em suas casas miniestúdios, enfim, para conseguir se comunicar minimamente com os nossos alunos, que também não tinham as condições adequadas e continuam não tendo, porque os governos não disponibilizaram para os professores e para os alunos os computadores, os celulares inteligentes, a banda larga.

Nada disso foi disponibilizado, só agora no final do ano que o governo lançou um programa para a forma de compra de computadores para os professores, mas o professor tem que comprar primeiro. Depois o estado, em tese, vai devolver para ele em 24 prestações, em 24 meses.

Até já mostrei as contradições desse projeto. Se o professor faltar, não tiver falta justificada, não paga mais. Deixa o professor na mão com a dívida da compra do computador, e para os alunos nada de computador, nada de banda larga.

Então, Sr. Presidente, os nossos servidores já estão sendo injustiçados há muitos anos, principalmente aqui no estado de São Paulo. E agora foram os nossos aposentados e pensionistas tendo esse nefasto e criminoso desconto, esse confisco.

Eu digo que os servidores aposentados e os pensionistas estão sendo assaltados a mão armada, em praça pública, pelo governo Doria nessa questão do confisco, por conta da reforma da Previdência, que foi votada pela base do governo aqui na Assembleia Legislativa e abriu o espaço, autorizou o governo, na prática, a fazer o confisco, a assaltar, a roubar o dinheiro dos aposentados e pensionistas que ganham um salário mínimo.

Um trabalhador que se aposentou com R$ 1.500,00 vai ter um desconto, foi premiado agora com um desconto de 12 por cento. O governo Doria inovou, porque, se já existia a nefasta reforma da Previdência...

Houve a reforma da Previdência, em 2003, a reforma federal, que instituiu já a cobrança, o desconto para quem ganha acima do teto, que foi a Emenda nº 41, do governo Lula, a que nós fomos contra.

Daí que vem, inclusive, o PSOL, que nasce a partir desse enfrentamento contra a reforma da Previdência, que já era péssima. Nós fomos contra, nós entramos com uma ação na Justiça, apresentamos projetos para revogar a Emenda nº 41, mas o Doria conseguiu piorar ainda mais a situação, porque ele cobra, ele confisca de quem ganha abaixo do teto salarial do regime geral da Previdência, chegando a cobrar de quem ganha um salário mínimo.